


DANIEL ABRAHAM LORIA
ANDREA BAZZO LAULETTA

Coordenação

TRIBUTAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

PREFÁCIO: ROBERTO QUIROGA MOSQUERA

ALESSANDRO AMADEU DA FONSECA	FLAVIO MIFANO
ALEXANDRE TADEU N. PEREIRA GONÇALVES	FRANCINY DE BARROS
ALINE BAUERMEISTER	GIANCARLO CHAMMA MATARAZZO
AMANDA CASTELO BRANCO	GUILHERME GALDINO
ANA PAULA S. LUI BARRETO	HERMANO A. C. NOTAROBERTO BARBOSA
ANDREA BAZZO LAULETTA	HUMBERTO DE HARO SANCHES
ANDREA OLIVEIRA	LAVINIA M. DE A. NOGUEIRA JUNQUEIRA
ANDREZA RIBEIRO FONSECA	MARCO FERREIRA
BEATRIZ DE SOUZA LIMA MARTINEZ	MARIA FERNANDA F. FERNANDES DA CUNHA
BRENO SARPI	MARIANE CAROLINE KONDO
BRUNA MARRARA	RAFAEL BOCCATTO DE OLIVEIRA
BRUNO AKIO OYAMADA	RAFAEL ROMERO BENTOS
CARLOS PELÁ	RAMON TOMAZELA
CAROLINA CARVALHO DE ANDRADE	RENATO SOUZA COELHO
CLARISSA GIANNETTI MACHADO MIRAS	RICARDO BOLAN
CLARISSA TORRENTE	RICARDO LACAZ MARTINS
DANIEL ABRAHAM LORIA	RODRIGO DE MADUREIRA PARÁ DINIZ
DAVI FINOTTI FERREIRA	ROGÉRIO GARCIA PERES
DIEGO MIGUITA	TATIANA MIDORI MIGIYAMA
ELIDIE PALMA BIFANO	TATIANA PENIDO
ENRICO SARTI	VICTOR BORGES POLIZELLI
FABIANO MARCOS DA SILVA	VIVIAN CASANOVA DE C. ESKENAZI
FERNANDO TONANNI	

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, verão de 2022
editoraquartier@uol.com.br
 @editoraquartierlatin

DANIEL ABRAHAM LORIA; ANDREA BAZZO LAUETTA (COORDS.).

Tributação de Fundos de Investimento

São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-122-2

1. Direito Tributário. 2. Fundos de Investimento. 3. Tributação de Fundos de investimento. 4. Reorganização Societária dos Fundos de Investimento. 5. Fundos de Investimento em Participações. 6. Direitos Creditórios. 7. FIDC. 8. Fundos de Investimento Imobiliário. 9. Investimento Estrangeiro. 10. Planejamento Patrimonial e Sucessório. 11. Jurisprudência Administrativa. 12. CARF. I. Título

Editor 1210482
Vinícius Vieira

Produção editorial
José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação
Victor Guimarães

Finalização
Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical
Studio Quartier

Capa
Rafael Nicolau

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones/*Whatsapp*: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

Instagram: @editoraquartierlatin

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Prefácio por Roberto Quiroga Mosquera	21
Apresentação	31

Parte 1

ASPECTOS GERAIS DE TRIBUTAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, 37

I. Estruturas Internacionais com Fundos de Investimento, 39

Ramon Tomazela

1. Introdução	39
2. Noções gerais de política fiscal envolvendo os fundos de investimento	39
3. Panorama internacional dos fundos de investimento	42
3.1. Os desafios enfrentados pelos Estados	42
3.2. As preocupações dos Estados	45
4. Acesso aos benefícios convencionais por fundos de investimento	48
5. A classificação dos rendimentos dos fundos de investimento nos acordos de bitributação	56
6. A cláusula de <i>principal purpose test</i>	59
7. Conclusões	63

II. Fundos de Investimento Gerais – Multimercado, Renda Fixa, Ações, 65

Elidie Palma Bifano

1. Apresentação do tema	65
2. Breves considerações sobre os fundos em condomínio	67
2.1. Normas reguladoras	67
2.2. Tipos de fundos de investimento: normas da CVM	69
2.3. As características regulatórias dos fundos multimercado, renda fixa e ações	70
2.3.1. Fundo de investimentos multimercado	71
2.3.2. Fundo de Investimento de Renda Fixa	72

2.3.3. Fundos de Ações.....	76
3. Tratamento tributário dos fundos	76
3.1. O condomínio frente à lei tributária	76
3.2. A incidência tributária sobre o fruto dos investimentos em Fundos.....	77
3.2.1. Fundos de Renda Fixa	77
3.2.2. Fundos de Investimentos em Ações.....	82
3.2.3. Fundos Multimercado.....	83
3.2.4. O desenquadramento dos fundos.....	84
3.2.5. Registro contábil dos fundos	84
4. Projeto de Lei n. 2337 – substitutivo: reforma do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.....	85
5. Breves comentários conclusivos sobre a importância dos fundos de investimento no mercado financeiro atual.....	87

III. Critérios de Enquadramento de Fundos de Investimento para Fins Fiscais, 89

Rogério Garcia Peres

Enrico Sarti

1. Introdução	89
2. Definição da natureza de fundo de investimentos para fins fiscais	92
3. Enquadramento de fundos pela regulamentação tributária	94
3.1. Fundo de investimentos em renda variável.....	94
3.2. Fundo de investimentos em renda fixa.....	95
3.2.1. Classificação quanto ao prazo do fundo de investimentos	96
3.2.1.1. Fundos de longo prazo.....	97
3.2.1.2. Fundos de investimento a curto prazo	98
3.2.2. Classificação quanto ao tipo de condomínio	99
3.2.2.1. Fundos em condomínio aberto	99
3.2.2.2. Fundos em condomínio fechado.....	99
3.2.3. O mecanismo do “come-quotas”	100
3.3. O tratamento tributário das espécies de fundos	103
3.3.1. Fundos de investimentos de ações.....	103
3.3.2. Fundos de investimentos em direitos creditórios	104
3.3.3. Fundos de investimentos imobiliários.....	105

3.3.4. Fundos de Investimentos em Participações.....	107
4. Situações de desenquadramento tributário	108
5. Projeto de Lei nº 2.337/21: possíveis implicações para o enquadramento tributário dos fundos de investimento na proposta de reforma tributária	109
6. Conclusão	111

IV. Incorporação, Cisão, Fusão e Transformação de Fundos, 115

Franciny de Barros

Andrea Oliveira

1. Introdução	115
2. Breves considerações sobre a regulamentação da CVM.....	116
3. Natureza jurídica dos eventos de fusão, cisão, incorporação e transformação	118
4. Entendimento da RFB	122
5. Tentativas de mudança legislativa	127
6. Conclusões.....	130

V. Pessoas Jurídicas Investindo em Fundos de Investimentos – Reconhecimento Contábil e Tributação Corporativa, 133

Andrea Bazzo Lauletta

Rodrigo de Madureira Pará Diniz

Rafhael Romero Bentos

1. Introdução	133
2. Contextualização quanto ao padrão contábil.....	136
3. A contabilização dos fundos de investimento e suas consequências fiscais.....	138
4. Cotas de fundos de investimentos – ativos financeiros.....	145
5. Cotas de fundos de investimentos – participações societárias	148
6. Comentários finais.....	152

Parte 2
MODALIDADES ESPECÍFICAS DE FUNDOS
DE INVESTIMENTO E SUA TRIBUTAÇÃO, 155

I. FIP – Tributação Aplicável aos
Cotistas Residentes no Brasil, 157

Renato Souza Coelho

Andreza Ribeiro Fonseca

1. Introdução	157
2. Aspectos Gerais do FIP	158
3. Tratamento fiscal dos cotistas residentes no Brasil.....	160
3.1. Natureza da operação.....	160
3.2. Natureza do beneficiário	162
3.2.1. Pessoa Física	162
3.2.2. Pessoa Jurídica	163
3.3. Composição da carteira.....	164
4. Outras questões controversas envolvendo FIP	166
4.1. FIP entidade de investimento e FIP patrimonial.....	166
4.1.1. FIP entidade de investimento	169
4.1.2. FIP patrimonial	175
4.2. Integralização de cotas de fundo de investimento com bens.....	178
5. FIP e propósito negocial.....	183
6. Conclusões.....	187

II. Tributação dos Rendimentos Auferidos por Cotistas
Residentes no Exterior Decorrentes do Investimento em
Fundos de Investimento em Participações – FIPs, 191

Fernando Tonanni

Bruna Marrara

Clarissa Torrente

1. Introdução. A relevância dos investimentos via Fundos de Investimentos em Participações – FIPs e o tratamento fiscal atribuído ao fundo e seus cotistas	191
2. Aspectos conceituais: requisitos previstos pela Lei nº 11.312/2006 para a aplicação da alíquota zero do IRRF à luz dos objetivos da norma indutora.....	195

3. O Desafio de aplicação da Lei 11.312 às estruturas internacionais de aplicação de recursos nos setores de <i>private equity</i> e <i>venture capital</i> . A Postura das Autoridades Fiscais.....	199
4. O Conceito de Pessoa Ligada e a Análise do Real Investidor.....	206
4.1. A controvérsia do “controle comum” e a correta aplicação do artigo 3º da Lei nº 11.312/2006 em relação ao GP.....	211
5. Os Limites de Desconsideração dos Veículos de Investimento e o Contexto de Edição do ADI nº 5/2019.....	214
5.1. A desconsideração dos negócios jurídicos no ordenamento jurídico brasileiro.....	216
5.2. Os limites da desconsideração dos Veículos de Investimento pela RFB.....	219
5.3. Necessidade de se buscar o beneficiário final do investimento em caso de verificação de bases jurídicas para a desconsideração dos Veículos de Investimento.....	223
6. Modificações pretendidas pelo PL nº 2.337/2021 e seu potencial impacto nas controvérsias atualmente existentes.....	224
7. Conclusões.....	227

III. Análise dos Aspectos Tributários Aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações no Caso de Cotistas Residentes em “Paraísos Fiscais”, 229

Clarissa Giannetti Machado Miras

Marco Ferreira

1. Introdução.....	229
2. Regras gerais de tributação dos FIPs.....	231
3. Regime especial aplicável aos investidores não residentes 4.373.....	234
4. A caracterização do Investidor como residente ou domiciliado em “paraíso fiscal”.....	236
5. Possibilidade de desconsideração do investidor direto.....	240
6. Potenciais Impactos da Proposta de Reforma Tributária.....	246
7. Conclusão.....	247

IV. Aspectos Tributários do FIP-Infraestrutura, 249

Ricardo Bolan

Breno Sarpi

1. Introdução	249
2. Breve histórico e legislação do FIP-IE	253
Investimentos do FIP-IE em SPE para projetos de infraestrutura.....	257
Investimentos de FIP-IE em novos projetos de infraestrutura.....	259
3. Regime Tributário.....	262
3.1. Considerações iniciais	262
Breves comentários sobre a Reforma Tributária do Imposto de Renda	264
3.2. Tributação do FIP-IE e seus cotistas	268
Incidência do IOF-Títulos e do IOF-Câmbio	269
Incidência do imposto sobre a renda	270
(i) Tributação da pessoa física residente ou domiciliada no País	271
(ii) Tributação do investidor não residente.....	271
(iii) Tributação da pessoa jurídica residente ou domiciliada no Brasil.....	275
Breves comentários sobre as consequências do desenquadramento do FIP-IE	276
4. Conclusões.....	278

V. Fundos de investimento em participação e startups no mercado de *Venture Capital*, 281

Aline Bauermeister

1. O capital de risco e suas nuances	281
2. FIPs e a CVM	284
3. Tributação dos FIPs.....	290
3.1. FIP CS, FIP EE e FIP Multi.....	291
3.2. FIP IE e FIP PD&I.....	294
4. FIPs e o Projeto de Lei 2.337 de 25 de junho de 2021 ("PL 2.337/21").....	296
Revogação do critério adicional dos 67% da carteira	297
Distribuição forçada aos cotistas dos FIPs Entidades de Investimento.....	297
FIPs Patrimoniais como pessoas jurídicas.....	299
Revogação da Regra dos 40%	299
5. Conclusão	300

VI. Experiências Práticas, Regulamentação e Tributação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, 301

Daniel Abraham Loria

Amanda Castelo Branco

1. Panorama da indústria de fundos no Brasil.....	301
2. Natureza jurídica dos fundos de investimento	303
3. Panorama regulatório dos fundos de investimento.....	306
4. Criação do FIDC no Brasil	307
5. FIDC Padronizado e FIDC Não Padronizado (FIDC-NP)	314
6. Demonstrações financeiras do FIDC.....	314
7. Experiências práticas com FIDC no Brasil.....	317
7.1. Meios de pagamento.....	317
7.2. <i>Fintech</i>	321
7.3. Precatórios	321
7.4. Financiamento de litígios (<i>litigation finance</i>).....	322
7.5. <i>Royalties</i> musicais	324
8. Tributação do FIDC.....	324
8.1. Regras gerais de tributação de fundos	325
8.2. Cotistas pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no Brasil	326
8.2.1. IRRF.....	326
8.2.2. Cotista pessoa física	328
8.2.3. Cotista pessoa jurídica no lucro real.....	329
8.2.4. Cotista pessoa jurídica no lucro presumido.....	331
8.2.5. IOF/TVM	332
8.3. Cotistas fundos de investimento no Brasil.....	333
8.4. Cotistas residentes ou domiciliados no exterior	333
8.4.1. IRRF.....	333
8.4.2. IOF/TVM	335
8.4.3. IOF/Câmbio.....	335
9. Reforma do Imposto de Renda.....	335
10. Conclusões.....	339

VII. Fundos de Investimento Imobiliário – Tratamento Tributário do Cotista, 345

Alexandre Tadeu Navarro Pereira Gonçalves

Fabiano Marcos da Silva

1. Comentários iniciais sobre o tema abordado.....	345
2. Aspectos Fiscais.....	346
2.1. Regra Geral.....	346
2.2. Isenção.....	347
2.3. Desenquadramento.....	348
3. Fiscalizações e Jurisprudência.....	349
3.1. Caso Península.....	349
3.1.1. Argumentos utilizados e decisão.....	351
3.1.2. Comentários Adicionais.....	354
3.1.3. Perspectivas futuras.....	356
3.2. Breves comentários a respeito da distribuição de lucros com base no regime de caixa.....	357
4. Política Fiscal e Comentários Finais.....	360

VIII. Tributação de Fundos de Investimento Imobiliários, 363

Lavinia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira

1. Conheça os Fundos de Investimento Imobiliários (FII).....	363
1.1. O que são?.....	363
1.2. Como funcionam?.....	363
1.3. Para que são utilizados?.....	365
2. Como os investimentos nos FII são tributados?.....	366
Tributação da Carteira de Investimentos – Regra Geral.....	366
3. Exceção – Tributação como Pessoa Jurídica – Conceitos Gerais.....	368
4. Análise da Tributação dos FII como Pessoa Jurídica.....	371
4.1. Construindo a matriz de incidência do imposto de pessoa jurídica.....	371
4.2. Caso Fundo Península.....	379
4.3. Caso Superquadra 311 Norte.....	384
4.4. Caso Cyrela.....	385
5. Perspectivas para a Tributação do FII.....	388
6. Resumo Conclusivo.....	389

IX. O Imposto de Renda nas Aplicações de Fundo de Investimento Imobiliário (FII) em Outro FII, 391

Ricardo Lacaz Martins

Guilherme Galdino

1. Introdução	391
2. A Evolução da Tributação da Renda dos FIIs.....	394
2.1. A primeira fase: o regime inaugurado pela Lei nº 8.668/1993 e o espaço para se desvirtuar o uso dos FIIs.....	395
2.2. A segunda fase: o regime trazido pela Lei nº 9.779/1999 e a conversão dos FIIs em investimentos pouco atraentes	398
2.3. A terceira fase: o regime trazido pelas Leis nº 11.196/2005 e nº 12.024/2009 e a busca pelo equilíbrio	403
3. A Sistemática da Tributação da Renda dos FIIs	406
4. A Tributação da Renda dos FIIs como contribuintes em investimentos em outros FIIs: ganhos de capital e proventos distribuídos	410
4.1. A isenção do Imposto de Renda sobre ganhos de capital decorrentes da alienação de quotas de um FII por outro	410
4.2. A isenção do IR-Fonte sobre proventos distribuídos de um FII para outro	414
4.3. A adequada interpretação do art. 111 do CTN em cada caso	423
5. Conclusão	427

X. Aspectos Tributários do FIAGRO, 431

Diego Miguita

Davi Finotti Ferreira

1. Introdução e características gerais do FIAGRO	431
2. Aspectos gerais da tributação aplicável ao FIAGRO	436
a) Integralização das cotas	436
b) Tributação das aplicações do fundo	448
c) Remuneração dos quotistas e desinvestimento	450
3. Comparação entre FIAGRO e FII	451
4. Impactos do Projeto de Lei nº 2.337/2021	454
5. Conclusão	458

Parte 3
TRIBUTAÇÃO DE INVESTIMENTOS
ESTRANGEIROS EM FUNDOS BRASILEIROS, 461

**I. Investidor Não Residentes em Fundos de
Investimento – Tributação da Negociação
em Bolsa – Prevalência do Ativo, 463**

Carlos Pelá

1. Introdução	463
2. O investidor não residente conforme a Comissão de Valores Mobiliários.....	464
3. Regime fiscal geral x Regime fiscal especial para investidores não residentes	468
4. Tributação de não residentes em Bolsa	469
5. Tributação do investidor não residente em fundos de investimento no Brasil.....	484
5.1. Fundo exclusivo para capital estrangeiro em títulos públicos	485
5.2. Fundos de investimento em ativos isentos	486
5.3. Fundo de investimento em ações	488
5.4. Fundos de investimento imobiliário e fundos de investimento nas cadeias produtivas Agroindustriais (FIAGRO).....	489
5.5. Fundos de índice de renda fixa.....	492
5.6. Fundos de índice de ações.....	493
5.7. FIP, FIC-FIP e FIP-EE.....	493
5.8. Fundos de investimento em participações em infraestrutura e Fundos de investimento em participação na produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação/Fundos de investimento com carteira de debêntures.....	494
6. Conclusão	496

II. O Regime Especial de Tributação Aplicável aos Investimentos Feitos por Investidores não Residentes no Mercado Financeiro e de Capitais e as Recentes Exigências de Identificação de Beneficiários Finais, 499

Flavio Mifano

Tatiana Penido

Maria Fernanda Fidalgo Fernandes da Cunha

1. Introdução	499
2. Investidores 4.373 e o Regime Tributário Especial do Investidor 4.373	501
3. Conceitos de jurisdição de tributação favorecida e regime fiscal privilegiado	504
4. Regras de <i>disclosure</i> de beneficiários finais na regulamentação brasileira e o ambiente internacional	510
5. Necessidade de prestação de informações acerca de beneficiário final em estruturas envolvendo Investidor 4.373.....	514
6. Irrelevância do país de residência do beneficiário final para fins de aplicação do Regime Especial do Investidor 4.373	517
7. Considerações finais.....	522

Parte 4

FUNDOS NO PLANEJAMENTO PATRIMONIAL E SUCESSÓRIO DE PESSOAS FÍSICAS, 525

I. Fundos de Investimento como Instrumento de Planejamento Patrimonial e Sucessório, 527

Alessandro Amadeu da Fonseca

Mariane Caroline Kondo

1. Introdução	527
2. Famílias de fundos	529
3. Fundo de investimento multimercado como <i>holding</i>	529
3.1. Fundo local para investir no exterior.....	532
3.2. Usufruto e gravames	535
(i) Usufruto.....	535
(ii) Gravames: incomunicabilidade, impenhorabilidade e inalienabilidade.....	537
4. Conclusão	539

II. A Realização da Renda no Regime de Come-Cotas e a Tributação Retrospectiva dos Estoques de Lucros em Fundos de Investimento Fechados, 541

Victor Borges Polizelli

1. Introdução	541
2. A tributação de fundos de investimento fechados sob um regime de come-cotas.....	543
2.1. Detalhes do regime de come-cotas e a exclusão dos fundos de investimento fechados	543
2.2. Come-cotas para fundos de investimento fechados no PL 2337	546
3. O princípio da realização da renda.....	549
3.1. Problemas de liquidez e teoria da realização/separação	550
3.2. Aquisição de disponibilidade jurídica ou econômica.....	553
4. Tributação de estoques de rendimentos em fundos de investimento fechados	557
4.1. Propostas legislativas para mudança do regime de realização.....	558
4.2. Tributação retrospectiva dos estoques de lucros em fundos fechados	559
4.2.1. Princípios da irretroatividade e anterioridade	561
4.2.2. Tributação retrospectiva: fato gerador pendente e proteção da confiança.....	563
4.2.3. Necessidade de criação de regra de transição	567

III. Tributação na Transmissão Gratuita *Inter Vivos* e *Causa Mortis* de Cotas de Fundo, 571

Humberto de Haro Sanches

Beatriz de Souza Lima Martinez

Rafael Boccato de Oliveira

1. Introdução	571
2. Utilização de fundos fechados em planejamentos patrimoniais e sucessórios.....	575
3. Tributação sobre transmissões <i>causa mortis</i> e doações de cotas de fundos.....	579
3.1. ITCMD – Regras gerais.....	579
3.2. ITCMD – São Paulo.....	582
3.3. ITCMD – Fundos de investimento.....	585

3.4. IR – Regras gerais	585
3.5. IR – Fundos de investimento.....	588
4. Conclusões.....	593

IV. Efeitos Fiscais X Mudança de Residência do Cotista de Fundos de Investimento, 597

Tatiana Midori Migiyama

1. Introdução	597
2. Conceito de Residente e Não Residente no país.....	600
3. Tipificação x Investidor não Residente no país	606
4. Tributação x Investidores Residentes e Não Residentes no país x Fundos de Investimento	609
5. Mudança de Domicílio Tributário x Investidores x Fundos de Investimento	614
6. Proposta de Reforma Tributária x PL 2.337, de 2021 x Impactos na Tributação de investidores que aplicam em Fundos de Investimento	619
7. Breves Considerações.....	622

V. Tributação do Investimento de Pessoas Físicas em Fundos no Exterior, 625

Hermano A. C. Notaroberto Barbosa

1. Introdução	625
2. Fundos de Investimento no Exterior	626
3. Tributação da Carteira do Fundo Estrangeiro	633
a) Tributação do investimento estrangeiro no Brasil.....	633
b) Identificação de beneficiário final.....	638
4. Tributação do investimento brasileiro em fundo estrangeiro.....	641
a) Regras gerais de tributação do investimento no exterior.....	641
b) Caso específico da tributação de investimento em fundos estrangeiros	645
c) Transformação de sociedade estrangeira em fundo de investimento	648
5. Adendo: PL 2337/2021 (reforma tributária) e a tributação de controladas no exterior	651

Parte 5
JURISPRUDÊNCIA DO CARF RELACIONADA
A FUNDOS DE INVESTIMENTO, 655

I. Estruturas de Aquisição com FIP –
Ágio e Compra Alavancada, 657

Giancarlo Chamma Matarazzo

1. Introdução	657
2. As razões não tributárias para justificar a compra alavancada	659
(a) Menor custo do capital de terceiros e maior retorno para o investidor.....	659
(b) A utilização de uma sociedade de propósito específico seguida de sua incorporação como a única forma disponível para implementar a compra alavancada	661
3. A regular dedução dos juros relativos à dívida contraída pela sociedade de propósito específico após sua incorporação pela sociedade adquirida, ou vice-versa	665
4. Dedução fiscal da mais valia, menos valia e do <i>goodwill</i>	672
5. Conclusão	678

II. Responsabilidade Tributária dos *Players*
dos Fundos de Investimento Sob a Ótica
da Jurisprudência do CARF, 681

Vivian Casanova de C. Eskenazi

Carolina Carvalho de Andrade

1. Introdução	681
2. Fundos de Investimento e seus <i>players</i>	682
3. Fundamentação Legal da Responsabilidade Tributária	685
3.1. Responsabilidade Solidária – Artigo 124, inciso I, do Código Tributário Nacional	687
3.2. Responsabilidade Subsidiária – Artigo 134, inciso III, do Código Tributário Nacional.....	693
3.3. Responsabilidade Substitutiva / Exclusiva – Artigo 135, inciso III, do Código Tributário Nacional	695
4. Jurisprudência do CARF sobre a matéria	700
4.1. Caso “Tinto” (Acórdão nº 9101-004.382)	700

4.2. Caso “Ri Happy” (Acórdão nº 1401-003.082)	703
4.3. Caso “Qualicorp” (Acórdão nº 1302-003.475).....	706
4.4. Caso “Gerval” (Acórdão nº 2201-002.762).....	709
4.5. Caso “Mantecorp” (Acórdão nº 1401-003.037)	711
5. Conclusão	714

III. A Tributação dos Fundos de Investimentos Imobiliários como Pessoas Jurídicas na Jurisprudência do CARF, 717

Ana Paula S. Lui Barreto

Bruno Akio Oyamada

1. Introdução	717
2. Aspectos gerais do regime de tributação do FII.....	718
2.1. Isenção dos rendimentos auferidos pelo FII (regra geral)	718
2.2. Equiparação do FII a pessoas jurídicas (exceção) (artigo 2º, da Lei nº 9.779/1999)	720
3. Jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	725
3.1. Caso 01: FII Península.....	726
3.1.1. Identificação dos precedentes selecionados	726
3.1.2. Aspectos Fáticos	727
3.1.3. Argumentos das Autoridades Fiscais	728
3.1.4. Argumentos do contribuinte.....	729
3.1.5. Acórdão das Turmas Ordinárias.....	731
3.1.5.1. Acórdão Favorável ao Contribuinte (Acórdão nº 1302-002.053).....	731
3.1.5.2. Acórdãos Desfavoráveis ao Contribuinte (Acórdãos nº 1301-00.994, nº 1402-002.320 e nº 3401-007.236)	736
3.1.6. Acórdãos Desfavoráveis da Câmara Superior de Recursos Fiscais	744
3.2. Caso 02: FII Superquadra.....	748
3.3. Questões em Aberto	748
4. Conclusão	749